



**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO | 2021**

**MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO**

Orientados por uma estratégia sustentável de investimentos em todos os segmentos do setor elétrico brasileiro, a Neoenergia entrega, em 2021, o EBITDA de R\$ 9,9 bilhões (+52%) e um Lucro Líquido de R\$ 3,9 bilhões (+40%). As grandes avançadas destes resultados são a recuperação de mercado, mesmo diante das incertezas quanto a evolução da pandemia mundial, e pelo impacto da inflação nas tarifas reguladas, os resultados refletem também a disciplina de custos e constante busca por eficiência. Verificamos um aumento de apenas 3% nas despesas operacionais no ano, absorvendo grande parte dos efeitos da aceleração da inflação, além do aumento do portfólio de ativos em operação e da retomada da normalidade das atividades operacionais.

Com um investimento de R\$ 9,4 bilhões, sustentado por um robusto plano de captações e fontes de financiamento globais, expandimos e reforçamos nossas redes de distribuição, além de garantir o avanço dos projetos de geração de energia renovável e de transmissão. Concluímos o parque eólico de Chafariz com 471MW, 92% já em operação comercial em 2021. Entregamos ao longo do ano os projetos de transmissão de Dourados, Santa Luzia e Jalapaó, este último com operação comercial completa em 2022, todos com savings de capex e antecipação de mais de um ano em relação ao edital do leilão. Ampliamos nosso portfólio de transmissão, com a aquisição de um novo lote, desta vez em Minas Gerais e seguimos com o desenvolvimento de nossa carteira de projetos de renováveis eólicos e fotovoltaicos.

Incorporamos a Neoenergia Brasília em marco e concluímos o processo de integração ainda em 2021. Com um investimento de R\$190 MM no Distrito Federal, iniciamos o turnaround da companhia, onde já alcançamos importantes resultados como a redução das perdas e aumento da arrecadação, além de importantes eficiências na operação. Apresentamos um crescimento de mais de 6% no mercado de distribuição, avançado pelo desempenho das classes comercial e industrial, e melhoramos a qualidade de serviço em todas as nossas distribuidoras. Com um plano estruturado de recuperação de energia reclusos, com a perda de energia em todas as nossas áreas de concessão, em especial na Neoenergia Pernambuco, que tem apresentado uma contínua trajetória decrescente.

Outro destaque é o desempenho de Neoenergia Termopernambuco que, durante a crise hídrica brasileira, foi despachada em sua capacidade máxima, contribuindo positivamente para os resultados de 2021 e reforçando sua importância na operação do sistema do Nordeste brasileiro. A maior geração termelétrica e a maior oferta de ventos, em períodos de poucas chuvas, mitigaram os efeitos de redução da geração hidrelétrica, reforçando a resiliência de nosso portfólio diversificado e integrado, e seu hedge natural. O mercado brasileiro segue com avanços no ambiente regulatório como a redução de subsídios, o marco legal de geração distribuída, a regulamentação das usinas híbridas e, já em 2022 as definições sobre a cessão de áreas para geração eólica off shore. Neste contexto, temos investido na capacitação de equipes, desenvolvimento de expertise e parcerias estratégicas, além da integração da operação, com foco na otimização de projetos e a construção de soluções de tecnologia e engenharia. Em 2021 fechamos novas parcerias para o desenvolvimento de Hidrogênio Verde no Brasil.

Em um movimento estratégico diante da iminente liberalização de mercado, unificamos nossa marca Neoenergia, reforçando o compromisso de toda Neoenergia com o fornecimento de energia limpa, acessível e de qualidade e fortalecendo o modelo de negócios, fundamentado na gestão, eficiência, inovação e sustentabilidade. Ativamos o relacionamento com os clientes, ampliando a oferta de produtos e serviços, além de disponibilizarmos novos canais de atendimento e pagamento.

Acreditamos que as empresas podem, e devem, assumir um papel relevante no desenvolvimento nas regiões onde atuam. Para além de nosso papel de geração e fornecimento de energia, buscamos contribuir com a economia de nossas áreas de atuação. Temos um programa de desenvolvimento de fornecedores locais e sustentáveis, que já representam mais de 60% de todas as contratações, e Nossa Escola de Eletricistas, projeto reconhecido pela ONU que muito nos orgulha, objetiva capacitar e, assim, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população. Com a formação de 1,7 mil pessoas e a geração de emprego de qualidade com aproveitamento de 95% dos formados em nosso projeto de internalização. Para ampliar a diversidade e aumentar a relevância feminina em toda a sociedade e como impulso ao esporte, fechamos um contrato pioneiro de patrocínio a atletas da Seleção Brasileira de Futebol Feminino e ao Campeonato Feminino Brasileiro que leva o nome da Neoenergia, além disso promovemos a participação de mulheres nas Escolas de Eletricistas, e, internamente, temos ampliado a expressão feminina na liderança da Neoenergia.

Direcionado pelo nosso compromisso de desenvolvimento social, cultural e institucional, o Instituto Neoenergia investiu mais de R\$ 9 MM entre recursos próprios e incentivados. A atuação do Instituto, integrada ao modelo de negócios do grupo tem nos permitido importantes parcerias, como com BNDES para participação como fundador do Projeto Resgatando História. Nossa estratégia e práticas sustentáveis nos destacam e nos fazem figurar entre importantes índices de sustentabilidade e governança, como FTSE4 Good Index Series da Bolsa de Londres, o Sustainability Yearbook da S&P e o ISE Bovespa, além do reconhecimento com selo Prática 4º ano consecutivo, expandindo também a certificação para nossas distribuidoras.

Para concluir gostaria de agradecer a todos os colaboradores de Neoenergia pela entrega e compromisso com os resultados e criação de valor para os nossos Acionistas. O ano 2022 nos apresenta novos desafios, mas contamos com os recursos e pessoas qualificadas para continuar as nossas entregas.

Mário José Ruiz-Tagle Larrain  
 Diretor-presidente da Neoenergia

**DESTAQUES FINANCEIROS E OPERACIONAIS**

DESTAQUES (R\$ MM)	4T21	4T20	Δ %	Δ %	2021	2020	Δ %	Δ %
Margem Bruta	88,5	9,0	79,5	883%	118,0	35,9	82,1	229%
EBITDA	83,5	0,9	82,6	9178%	103,3	19,2	84,1	438%
Resultado Financeiro	0,4	0,1	0,3	300%	0,9	1,3	(0,4)	(31%)
Lucro Líquido	80,9	0,7	80,2	11457%	99,7	18,7	81,0	433%

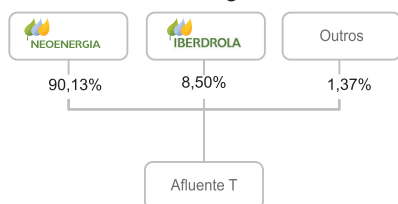
Indicadores Financeiros de Dívida <sup>1</sup>	2021	2020	Variação
Dívida Líquida <sup>2</sup> /EBITDA <sup>3</sup>	0,2	1,6	(1,4)
EBITDA/Resultado Financeiro <sup>3</sup>	114,8	14,8	100,0

<sup>1)</sup> Os indicadores financeiros não são utilizados para cálculo de covenants  
<sup>2)</sup> Dívida líquida de disponibilidades, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários  
<sup>3)</sup> EBITDA e Resultado Financeiro de 12 meses

**Destques Financeiros e Operacionais:**  
 • Margem bruta de R\$ 88,5 milhões em 4T21, +R\$ 79,5 milhões vs. 4T20 e de R\$ 118,0 milhões em 2021, +R\$ 82,1 milhões vs. 2020;  
 • EBITDA de R\$ 83,5 milhão em 4T21, +R\$ 82,6 milhões vs. 4T20 e de R\$ 103,3 milhões em 2021, + R\$ 84,1 milhões vs. 2020;  
 • Lucro Líquido de R\$ 80,9 milhões em 4T21, +R\$ 80,2 milhões vs. 4T20 e de R\$ 99,7 milhões em 2021, + R\$ 81 milhões vs. 2020.  
 • Alto desempenho da taxa de disponibilidade, registrando 99,83% no 2021, acima do estipulado pelo ONS.

**1. PERFIL CORPORATIVO E ORGANOGrama SOCIETÁRIO**

A Af luente Transmissão de Energia Elétrica S.A. é uma empresa de capital aberto, oriunda do processo de desverticalização da Coelba, constituída em 18 de agosto de 2008. A base acionária atual da Companhia é composta pela controladora Neoenergia S.A. (90,13%), Iberdrola Energia S.A. (8,50%) e demais acionistas (1,37%). Em 31 de dezembro de 2021, a estrutura societária da Af luente T. era a seguinte:



**2. AMBIENTE MACROECONÔMICO**

As projeções para a economia, no início de 2021, soavam pessimistas, após o duro choque econômico decorrente da pandemia da Covid-19 no ano de 2020. Segundo o Relatório Focus do Banco Central, em 31 de dezembro de 2020, a projeção, para 2021, era de Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de 3,32% (dentro da meta de 3,75%), Taxa Selic a 3,0% e crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) de 3,4%. Tal otimismo era justificável pela expectativa da retomada econômica e pela descoberta no final de 2020, de vacinas contra a Covid-19. Entretanto, o que se viu foi um ano mais desafiador que o esperado, em especial pela 2ª onda de Covid-19 que atingiu o país ainda no primeiro semestre e pelo próprio programa de imunização da população, que levou alguns meses para ganhar tração.

Os temores em relação ao cenário fiscal, aliados à pior seca no Brasil em 91 anos, pressionaram os custos de operação do setor elétrico como um todo.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a inflação medida pelo IPCA, encerrou 2021 com alta acumulada de 10,06%. Como medida para conter a alta da inflação, a Taxa Selic, que caiu até a mínima histórica de 2,0% em 2020, foi a 9,25% no final de 2021. Quanto ao PIB, a economia encerrou 2021 com perspectiva de crescimento de 4,5%, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), impulsionado pelos setores da indústria e serviço.

No que tange o consumo de energia, de acordo com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), houve um aumento de 4,1% em relação a 2020. Após um primeiro semestre de medidas de isolamento social para combater a pandemia de Covid-19, que impactaram significativamente a demanda por energia elétrica no país, o consumo de energia dá sinais consistentes de sua recuperação.

**3. AMBIENTE REGULATÓRIO**

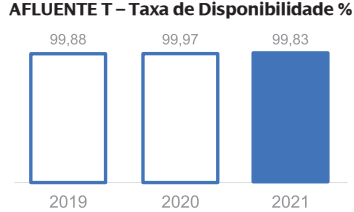
**3.1. Transmissão**  
 Em 13 de julho de 2021, a ANEEL homologou o reajuste das Receitas Anuais Permitidas – RAP vinculadas às instalações de transmissão de energia elétrica em operação comercial e das licitadas e autorizadas com previsão de entrada em operação comercial até 30 de junho de 2022, para o período de 1º de julho de 2021 a 30 de junho de 2022. Para a Af luente T, o reajuste foi de 37% baseado na variação do IGP-M no período de junho de 2020 a maio de 2021.

**4. DESEMPENHO OPERACIONAL**

Com potência instalada de 600 MVA, a Af luente T é composta pelos ativos abaixo:

Operacionais	Estado	Participação Neoenergia	Entrada Operação (Prazo ANEEL)	Final da Concessão
AFLUENTE T (Extensão Total 489,1 Km)				
<b>Linhas de Transmissão</b>				
LT 230 KV Itagibá - Funil C-1 LT 230 KV Brumado II - Itagibá C-1 LT 230 KV Ford - Pólo C-2 LT 230 KV Pólo - Camacari IV C-2 LT 230 KV Ford - Pólo C-1 LT 230 KV Pólo - Camacari IV C-1 LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-1 LT 230 KV Tomba - Governador Mangabeira C-2 LT 138 KV Funil - Poções C-1	BA	90,13%	13/09/2009 13/09/2009 02/08/2009 21/01/2015 24/11/2009 18/01/2015 31/01/2016 31/12/1990 05/01/1993	8/8/2027
<b>Subestações Rede Básica</b>				
Tomba Brumado II - 230/69kV Itagibá	BA	90,13%	31/12/1990 11/12/2002 13/09/2009	08/08/2027

No 4T21, a disponibilidade apresentada pela Af luente T foi de 99,83%, enquanto a disponibilidade em 2020 foi de 99,97%, representando um alto desempenho quando comparado ao limite estabelecido pelo Relatório de Avaliação do Desempenho (RAD) do Operador Nacional do Sistema (ONS), que é entre 95% e 98%. As concessionárias de transmissão de energia elétrica têm a qualidade do serviço aferida pela ANEEL através de sua disponibilidade. A partir do tempo de indisponibilidade da Transmissora, a ANEEL calcula a Parcela Variável, deduzida da receita da transmissora.



**5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

DRE (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Receita Líquida	90,5	9,0	81,5	906%	120,3	35,9	84,4	235%
Custos Com Energia	(2,0)	0,0	(2,0)	-	(2,3)	0,0	(2,3)	-
Margem Bruta	88,5	9,0	79,5	883%	118,0	35,9	82,1	229%
Despesa Operacional (PMSO)	(5,0)	(8,1)	3,1	(38%)	(14,7)	(16,8)	2,1	(13%)
PECLD	-	-	-	-	0,0	0,1	(0,1)	(100%)
EBITDA	83,5	0,9	82,6	9178%	103,3	19,2	84,1	438%
Depreciação	-	-	-	-	(0,1)	(0,1)	-	-
Resultado Financeiro	0,4	0,1	0,3	300%	0,9	1,3	(0,4)	(31%)
IR CS	(3,0)	(0,3)	(2,7)	900%	(4,4)	(1,7)	(2,7)	159%
LUCRO LÍQUIDO	80,9	0,7	80,2	11457%	99,7	18,7	81,0	433%

A Margem Bruta da Af luente T no 4T21 foi de R\$ 88,5 milhões, aumento de R\$ 79,5 milhões vs. 4T20 e no ano alcançou R\$ 118 milhões, aumento de R\$ 82,1 milhões vs. 2020, explicada pela atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual. As Despesas Operacionais (PMSO) foram de R\$ 5,0 milhões no 4T21, 38% menor que o 4T20. Já no ano foi de R\$ 14,7 milhões, registrando uma redução

de 13% se comparado a 2020, reflexo da redução das despesas com materiais e serviços de terceiros em 2021, em virtude de maiores eficiências. Como resultado das variações citadas acima, o EBITDA encerrou o 4T21 em R\$ 83,5 milhões, aumento de R\$ 82,6 milhões em relação ao mesmo período de 2020 e o acumulado foi de R\$ 103,3 milhões, aumento de R\$ 84,1 milhões em relação a 2020. Já o lucro líquido de R\$ 80,9 milhões no 4T21, um aumento de R\$ 80,2 milhões em relação ao 4T20 e em 2021 foi de R\$ 99,7 milhões, R\$ 81 milhões acima do ano anterior.

**6. EBITDA (LAJIDA)**

Atendendo a Instrução CVM nº 527 demonstramos no quadro abaixo a conciliação do EBITDA (sigla em inglês para Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização, LAJIDA) e, complementamos que os cálculos apresentados estão alinhados com os critérios dessa mesma instrução:

EBITDA (R\$ MM)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Lucro líquido do período (A)	80,9	0,7	80,2	11457%	99,7	18,7	81,0	433%
Despesas financeiras (B)	(0,0)	(0,0)	-	-	(0,1)	(0,2)	0,1	(50%)
Receitas financeiras (C)	0,4	0,2	0,2	100%	1,0	1,5	(0,5)	(33%)
Imposto de renda e contribuição social (D)	(3,0)	(0,3)	(2,7)	900%	(4,4)	(1,7)	(2,7)	159%
Depreciação e amortização (E)	0,0	0,0	-	-	(0,1)	(0,1)	-	-
<b>EBITDA = (A)-(B)+(C)+(D)+(E)</b>	<b>83,5</b>	<b>0,9</b>	<b>82,6</b>	<b>9178%</b>	<b>103,3</b>	<b>19,2</b>	<b>84,1</b>	<b>438%</b>

**7. RESULTADO FINANCEIRO**

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO (em R\$ milhares)	4T21	4T20	Variação		2021	2020	Variação	
			R\$	%			R\$	%
Renda de aplicações financeiras	406	145	261	180%	975	1383	(408)	(30%)
Encargos, variações monetárias e cambiais e Instrumentos financeiros derivativos de dívida	(8)	(7)	(1)	14%	(37)	(53)	16	(30%)
Outros resultados financeiros não relacionados a dívida	45	(33)	78	(236%)	(4)	(66)	62	(94%)
Juros, comissões e acréscimo moratório	(13)	(4)	(9)	225%	(33)	(4)	(29)	725%
Atualização provisória para contingências / depósitos judiciais	37	(9)	46	(511%)	21	(34)	55	(162%)
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	21	(20)	41	(205%)	(45)	(78)	33	(42%)
<b>Total</b>	<b>443</b>	<b>105</b>	<b>338</b>	<b>322%</b>	<b>934</b>	<b>1264</b>	<b>(330)</b>	<b>(26%)</b>

O Resultado Financeiro Líquido foi de R\$ 443 mil no 4T21 (aumento de 322% vs. 4T20) e de R\$934 mil (-26% vs. 2020), refletindo sobretudo o aumento do CDI, o que resultou em uma maior renda com aplicações financeiras no trimestre. Segue quadro demonstrativo com os principais indicadores do ano:

Índices	2021	2020	Δ
CDI	4,42%	2,76%	1,66 p.p.
TJLP	4,80%	4,87%	(0,07 p.p.)
USD <sup>1</sup>	0,3838	1,1660	(0,78)
IPCA <sup>2</sup>	10,25%	4,24%	6,01 p.p.

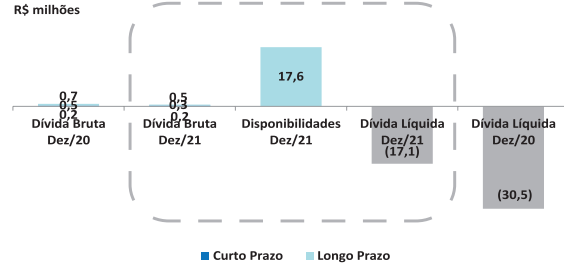
Nota 1: variação cambial entre 30/12/2020 a 31/12/2021.  
 Nota 2: considera a inflação contabilizada 12 meses (M-21).

**8. INVESTIMENTOS**

Em 2021 a Af luente T registrou um investimento de R\$ 2,3 milhões em projetos de ampliação e reforço homologados através de Resolução Autorizativa (REA) pela ANEEL.

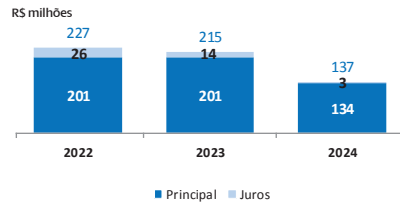
**9. ENDIVIDAMENTO**

**9.1. Posição de Dívida**  
 Em dezembro de 2021, a dívida líquida de Af luente T, incluindo caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários atingiu R\$ -17 milhões (dívida bruta de R\$ 0,5 milhão). Em relação a segregação do saldo devedor, a Af luente T possui 62,4% da dívida contabilizada no longo prazo e 37,6% no curto prazo.



**9.2. Cronograma de amortização das dívidas**

O gráfico abaixo apresenta o cronograma de vencimentos de principal e juros da dívida, utilizando as curvas forward de mercado para os indexadores e moedas atrelados ao endividamento da Companhia vigente em 31 de dezembro de 2021.



**10. OUTROS TEMAS**

**10.1. Práticas de Gestão**

**10.1.1. Remuneração de Acionistas**  
 A Af luente T possui definido em seu estatuto o pagamento de dividendo mínimo de 25% do lucro líquido ajustado. Em 2021, a Companhia deliberou os seguintes provimentos:

- Dividendos Intermediários no montante de R\$ 12.014 mil, deliberados na Reunião do Conselho de Administração realizada em 19 de novembro de 2021 e pagos em 21 de dezembro de 2021.
- Dividendos no valor de R\$ 20.000 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 07 de abril de 2021, pagos em 25 de junho de 2021;
- Dividendos da conta de Reserva de Lucros no valor de R\$ 7.735 mil, deliberados em Assembleia Geral Ordinária de 07 de abril de 2021 e pagos em 12 de maio de 2021;

A Companhia informa que a destinação completa dos resultados de 2021 será aprovada na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2022.

**10.1.2. Governança Corporativa**

As práticas de Governança Corporativa do Grupo Neoenergia buscam assegurar a transparência e a equidade nos negócios, bem como o respeito aos direitos das partes interessadas e se aplica a todas as empresas do Grupo, este modelo permite o aproveitamento da sinergia dos negócios entre as empresas. Sua estrutura societária e de governança, assim como seu Modelo de Negócio, estão baseados em uma estrutura descentralizada.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade da Af luente T reúne as políticas e os princípios que regem a organização, a operação e as relações do Grupo Neoenergia. Estabelece-se para assegurar o cumprimento do estatuto social que vincula seus acionistas e, em particular, o objeto social da Companhia.

O Sistema de Governança e Sustentabilidade, configurado sempre em conformidade com a legislação vigente se inspira no Propósito e Valores do Grupo e se assenta no Estatuto Social que, aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reúne e referencia todos os elementos-chaves do Sistema de Governança e Sustentabilidade, cujo desenvolvimento se atribui ao Conselho de Administração, sem prejuízo de outras competências.

A estrutura de Governança Corporativa é composta pelo Conselho de Administração e Diretoria, conforme abaixo.

**Conselho de Administração**

Integrado atualmente por quatro representantes titulares, com mandato de dois anos, sendo permitida a reeleição. As atribuições do Conselho incluem a orientação geral dos negócios e a eleição e destituição dos diretores. Os membros se reúnem trimestralmente para avaliar os desempenhos econômico, ambiental e social da Companhia. Os integrantes podem ainda se reunir extraordinariamente quando convocados pelo presidente ou pela maioria de seus membros.

**Diretoria**

Responsável pela gestão dos negócios, sendo composta atualmente por quatro membros, incluindo o Diretor Presidente. Seus integrantes são nomeados pelo Conselho de Administração por mandatos de três anos, passíveis de renovação. Os diretores se reúnem ordinariamente uma vez por mês ou sempre que convocados por qualquer um de seus pares.

Como parte integrante das práticas de Governança, o Grupo Neoenergia possui um modelo de Controles Internos que assegura a confiabilidade na geração e divulgação das informações financeiras e não financeiras. O modelo é suportado por uma ferramenta e pautado em dois grandes pilares: (i) identificação dos riscos e desenho / execução dos controles; (ii) certificação das informações por parte dos principais Executivos. A certificação ocorre para que os Executivos possam assegurar que as informações financeiras e não financeiras sob suas responsabilidades são fidedignas e os controles internos para suportá-las foram executadas da forma adequada.

**10.1.3. Gestão de Pessoas**

Acreditamos que as pessoas são elementos primordiais na realização dos negócios e ter colaboradores engajados e comprometidos com nossos resultados tem sido nosso foco permanente. E, após 2 anos de convivência impactada pela pandemia, fizemos dessa crença a forma de manter o elo com cada colaborador, para que ele permanecesse conectado com nosso ambiente, além de poder continuar evoluindo em seu processo de crescimento e desenvolvimento.

Ao longo de 2021, o Grupo Neoenergia investiu R\$ 13 milhões em formação, na sua maioria ações online, uma vez que ainda foi um ano onde o distanciamento como prevenção à Covid se fez necessário. Esse investimento viabilizou a realização 1.127.253 horas de formação, ultrapassando em 41% o que realizamos no ano anterior.

Mantendo nosso alinhamento com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, mantivemos a Escola de Eletricistas, formando 1.737 eletricistas, dos quais 1.175 foram contratados e fazem parte do nosso quadro de colaboradores – efetivamente, esse ano, inserimos 177 mulheres na posição de eletricista, confirmando nossa crença na igualdade de gênero. Ainda em 2021 com a integração da Neoenergia Brasília, além das Escolas da Bahia, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Interior de SP, implementamos escola de eletricistas no Distrito Federal.

Cibersegurança, Diversidade e Voluntariado, foram temas que também fizeram parte de nossa agenda. Para Cibersegurança, dedicamos 01 semana de atividades voltadas para discussão dos riscos e prevenção a ataques cibernéticos, compartilhando com nossos colaboradores o cuidado com a informação. Da mesma forma, trouxemos o tema de Diversidade para discussão, e em junho realizamos a Semana da Diversidade, para reforçar conceitos como Inclusão e Igualdade que queremos reforçar em nossa cultura, e reafirmamos o posicionamento da Neoenergia em prol da inclusão de gênero, raça, pessoas com deficiência. Hoje o grupo já tem compromissos concretos relativos à inclusão de mulheres em nossa operação e em posições de liderança. Para o tema Voluntariado, esse ano demos continuidade ao trabalho que contamos com mais de 1.500 voluntários, incluindo executivos que, com nossos colaboradores, atuaram diretamente em ações que beneficiaram mais de 40.000 pessoas, além do lançamento da escola de formação, do Instituto AMAR em Natal, RN, em parceria com o Projeto INVOLVE, projeto Global voltado para o fortalecer a cultura de voluntariado em todo o Grupo.

Gradativamente, em setembro iniciamos o retorno ao trabalho de forma híbrida, e em dezembro já estávamos com 100% dos colaboradores em trabalho presencial, sempre enfatizando nosso cuidado à saúde e bem-estar de todos, e praticando todos dos protocolos necessários à prevenção contra a Covid. Para 2022, adotaremos a opção de trabalho híbrido como opção para os colaboradores que exercem atividades compatíveis com

tentabilidade, certificado por 3ª parte, e elaborado na metodologia da Global Reporting Initiative (GRI), acessível no site Neoenergia (<https://ri.neoenergia.com/sustentabilidade/relatorios/>).

### 11.2. Inovação

O Grupo Neoenergia acredita que a transição para uma economia neutra em carbono até 2050 é tecnologicamente possível, economicamente viável e socialmente necessária. Este compromisso será cumprido através da promoção da Descarbonização da Energia, integração dos Sistemas de Redes e Eletificação da Demanda.

A Neoenergia entende a importância de investir em inovação tecnológica e processual para avançar no mercado. Para isso, desenvolve continuamente ações para melhorar a experiência dos milhões de clientes através da digitalização, otimização de processos, modernização da infraestrutura de rede e promoção da sustentabilidade por meio da descarbonização e eletificação.

Possui forte atuação no programa de P&D Aneel, e conta com programa de *open innovation*, sempre com participação ativa e garantia da autonomia das áreas de negócio. Como forma de organizar e gerenciar as diversas ações da Companhia, foi criada em 2021 a plataforma Go In, intuitiva e de fácil entendimento, que guia o colaborador da Neoenergia desde a concepção até a implantação da solução, com o monitoramento de resultados e indicadores.

Dentro do Programa de P&D da Aneel, diversos projetos evoluíram e foram entregues ao longo do ano. Dentre os projetos voltados para a melhoria da experiência dos clientes, temos o "Conexão Digital", cujo objetivo é tornar o cotidiano dos clientes mais fácil, sempre com foco na melhoria de sua jornada e experiência. Outras entregas do Conexão Digital foram o serviço de Consulta e Negociação de Dívidas e o atendimento via WhatsApp, no qual assistente virtual ainda oferece o autosserviço de Religação, sem a necessidade de atendimento humano.

Com o objetivo de melhoria dos processos, destaca-se o projeto de um Sensor Inteligente capaz de detectar defeitos na rede e auxiliar no monitoramento das perdas de energia. Tecnologia patenteada pela Neoenergia e licenciada para exploração comercial pela Tecsys do Brasil, os sensores são equipamentos de automação de rede e possuem dupla funcionalidade: são capazes de identificar defeitos na rede e reportá-los em tempo real para o Centro de Operações, além de registrem medições que são utilizadas para o cálculo de perdas por trechos de alimentador.

Por fim, em *open innovation*, a Neoenergia foi reconhecida como uma das empresas líderes em engajamento com startups, através do ranking Top 100 Open Corps, premiação criada pela 100 Open Startups. Foram diversos projetos com startups, para desafios como gestão de ativos, perdas, segurança, gestão de dados de parques eólicos, administração de equipes de campo e incidências em linhas de transmissão.

### 11.3. Educação e Cultura

No âmbito da educação, tem destaque o projeto Balcão de Ideias e Práticas Educativas que, sob gestão do Instituto Neoenergia, capacitou 346 profissionais de educação, entre professores e gestores escolares, das redes municipais de ensino de 8 municípios da Paraíba, Rio Grande do Norte, São Paulo e Bahia. Em 2021, o projeto integrou uma nova frente – a assessoria - que apoiou o corpo gestor de 7 redes municipais, visando minimizar os impactos causados pela Covid-19, considerando o crescimento das desigualdades e defasagens de aprendizagem dos alunos. Em parceria com o Senai Bahia, foram oferecidas 1.100 vagas para um curso online, gratuito e auto instrucional sobre noções básicas de eletricidade e segurança na construção civil. A iniciativa foi destinada aos profissionais autônomos das regiões das distribuidoras do Grupo que atuam na área.

Na esfera cultural, as principais iniciativas da companhia foram conduzidas pelo Instituto Neoenergia, como (i) o Transformando Energia em Cultura, no Rio Grande do Norte e Bahia, apoiando 25 projetos dirigidos, especialmente, para crianças e jovens em vulnerabilidade, assim como em ações voltadas para a salvaguarda e valorização de patrimônios culturais e a geração de trabalho e renda; (ii) a 1ª edição do Prêmio Inspirar, edital dirigido ao reconhecimento de 16 lideranças femininas que atuam com projetos de Arte e Cultura, da cidade do Rio de Janeiro, região da Baixada Fluminense e estado de Pernambuco, e (iii) a Caravana Energia que Transforma, apoiando a capacitação de 348 gestores em 8 cursos e 27 organizações socioculturais nas imersões, dos estados da Bahia, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Além disso, o Instituto passou a integrar, como membro fundador, o maior programa de valorização de patrimônios culturais do Brasil: o Resgatando a História, iniciativa idealizada pelo BNDES, que conta com a parceria de grandes empresas brasileiras.

### 11.4. Instituto Neoenergia

Em um ano de conquistas e desafios únicos, o Instituto Neoenergia manteve seus projetos, garantindo resultados expressivos e alcançando o propósito buscado, em melhorar a vida das pessoas e do planeta. Em conjunto com seus parceiros, as iniciativas reforçaram o compartilhamento de saberes, a preservação de espécies e ecossistemas marinhos, a promoção da diversidade cultural brasileira e o impulsionamento do desenvolvimento humano. Em sinergia com diversos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU), os impactos positivos são visíveis a milhares de vidas beneficiadas.

Dentre os quatro pilares principais de trabalho, destacam-se algumas ações que promoveram a diferença durante o ano de 2021, em 11 estados brasileiros e mais de 140 municípios. Em Formação e Pesquisa, 346 professores e gestores escolares foram envolvidos em formações, correndo práticas educativas, disponibilizadas em uma plataforma online, e sete redes municipais de educação receberam assessoramento para revisão de seus planos municipais de educação. Em Biodiversidade e Mudanças Climáticas, foram 1.400 corais restaurados e 20 espécies de aves migratórias monitoradas. No pilar de Arte e Cultura, por sua vez, 348 gestores foram capacitados em oito cursos e 27 organizações socioculturais foram beneficiadas, incluindo outras ações relevantes em prol de um dos setores mais impactados pela pandemia. Nas iniciativas de Ação Social, foram distribuídas mais de 33 mil refeições, que integram as quase 68 mil toneladas de alimentos doados pelo Instituto para mitigar os efeitos econômicos da pandemia na população mais vulnerável, além do desenvolvimento de programas e projetos voltados à capacitação do terceiro setor e seus atores.

A atuação do Instituto Neoenergia em 2021 reforça seu propósito e compromisso com os ODS, que marcam em cada iniciativa sua presença nesse cenário de responsabilidade social e transformação. Ao longo do ano, o Instituto manteve seu pioneirismo e atenção às necessidades do mundo e, para 2022, a missão continua.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto pelos valores de lucro por ação)

	Notas		2021	2020
<b>Receita líquida</b>	3	120.319	35.930	
<b>Custos dos serviços</b>		(13.665)	(12.631)	
Custos de operação	4	(11.397)	(12.631)	
Custos de construção	4	(2.268)	-	
<b>Lucro bruto</b>		106.654	23.299	
Perdas esperadas de créditos		5	74	
Outras receitas (despesas) gerais e administrativas	4	(3.429)	(4.202)	
<b>Lucro operacional</b>		103.230	19.171	
<b>Resultado financeiro</b>				
Receitas financeiras	5	1.116	1.456	
Despesas financeiras	5	(149)	(188)	
Outros resultados financeiros, líquidos	5	(33)	(4)	
		934	1.264	
<b>Lucro antes dos tributos</b>		104.164	20.435	
<b>Tributos sobre o lucro</b>		(4.356)	(1.726)	
Corrente	6	(2.033)	(1.859)	
Diferido	6	(2.323)	133	
<b>Lucro líquido do exercício</b>		99.808	18.709	
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>		1,58	0,30	

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
<b>Lucro líquido do exercício</b>	99.808	18.709
Outros resultados abrangentes	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	99.808	18.709

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva legal				
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2020</b>	33.085	6.617	156.052	-	18.592	214.346
Lucro líquido do exercício	-	-	-	18.709	-	18.709
Distribuição de dividendos (nota 13.2)	-	-	(16.030)	-	(18.592)	(34.622)
Destinação do lucro:						
Dividendos intermediários (nota 13.2)	-	-	-	(10.974)	-	(10.974)
Dividendos adicionais propostos (nota 13.2)	-	-	-	(7.735)	7.735	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	33.085	6.617	140.022	-	7.735	187.459
Lucro líquido do exercício	-	-	-	99.808	-	99.808
Dividendos intermediários (nota 13.2)	-	-	(20.000)	-	(7.735)	(27.735)
Destinação do lucro:						
Dividendos intermediários (nota 13.2)	-	-	-	(12.014)	-	(12.014)
Reserva de lucros a realizar	-	-	72.891	(72.891)	-	-
Dividendos adicionais propostos (nota 13.2)	-	-	-	(14.903)	14.903	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	33.085	6.617	192.913	-	14.903	247.518

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("Afluente T" ou "Companhia"), controlada pela Neoenergia S.A., com sede e foro na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social desenvolver, dentre outras, atividades de estudo, planejamento, projeção, construção, operação, manutenção e exploração de sistemas de transmissão de energia elétrica, linhas, subestações e centros de controle, bem como da respectiva infraestrutura e serviços ligados a essas atividades. Atualmente a Companhia opera as subestações de Tomba, Funiil, Brumado II, Itagibá, Ford, Polo e Camaçari no estado da Bahia com potência instalada de 600 MVA, além de 489,1 km de Linhas de Transmissão e possui contrato de concessão com vigência até agosto de 2027, que tem como objetivo estabelecer as condições para prestação do serviço público de transmissão de energia elétrica e prevê revisão tarifária a cada 5 (cinco) anos. Em 24 de março de 2020, a resolução autorizativa nº 8.657 foi publicada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), autorizando a Companhia a realizar melhorias de acesso por parte na subestação FORD, com previsão de conclusão no primeiro trimestre de 2022 e Receita Anual Permitida (RAP) que será incorporada no reajuste anual periódico subsequente à sua entrada em operação comercial. Ainda em 2020, através da resolução autorizativa nº 8.949, publicada no dia 9 de junho, a Companhia foi autorizada a implantar reforços nas instalações da linha de transmissão de Funiil - Poções II com alteração da tensão de operação da linha de 138kV para 230kV com expectativa de conclusão da obra no início de 2022 e RAP adicional prevista no montante de R\$2.310 (data referência: julho de 2017), corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM. Em 6 de julho de 2021, foi emitida a resolução autorizativa nº 10.265, permitindo a implantação de melhorias na subestação Tomba, com previsão de conclusão das obras em julho de 2023 e com RAP adicional de R\$1.451 (data referência: junho de 2020), corrigida anualmente pelo Índice Geral de Preços do Mercado - IGPM. A Receita Anual Permitida (RAP) para o ciclo 2021/2022 é de R\$55.206 (R\$40.283 para o ciclo 2020/2021). 1.1. **Corona virus ("Covid-19"):** a) **Contexto geral:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou o surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia. No Brasil, assim como em outros países do mundo, foram anunciadas medidas de estímulo à economia, ao crédito e à garantia de estabilidade do setor elétrico nacional. b) **Impactos nas demonstrações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2021, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, a Companhia avaliou os possíveis impactos da pandemia. Não foi percebida nenhuma alteração na disponibilidade da Companhia causada pelas medidas de combate à COVID-19, bem como não houve impactos significativos identificados nos resultados da Companhia. 1.2. **Gestão de risco financeiros e operacionais:** A Política de Riscos Financeiros se aplica a todos os negócios e atividades da Companhia que geram exposição a riscos financeiros, incluindo diretrizes e limites específicos para gerenciamento de risco cambial, risco de taxas de juros e índices de preços, assim como a utilização de instrumentos derivativos para proteção. A Política de Risco Operacional em Transações de Mercado estabelece o controle e gestão dos riscos nas transações de longo e curto prazo de gestão de energia e tesouraria. 1.2.1. **Gestão de riscos financeiros: Considerações gerais e políticas internas:** A Política de Gestão de Risco do Grupo Neoenergia foi aprovada pelo Conselho de Administração e define os princípios, diretrizes e estrutura para gestão de riscos do Grupo Neoenergia, incluindo, mas não se limitando, a gestão dos riscos operacionais e fi-

nanceiros, com destaque para os riscos de mercado e crédito, além de diretrizes sobre a utilização de derivativos, cuja utilização para fins especulativos é expressamente proibida. Este sistema de gerenciamento de riscos está aderente ao modelo do atual acionista controlador e sua política global de riscos. A estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos de mercado do Grupo Neoenergia é composta pelo Conselho de Administração, Diretoria Executiva Colegiada, Diretoria Financeira, Superintendência de Gestão de Risco, Comitê de Auditoria, além das estruturas de Auditoria Interna e de Controles Internos. A Superintendência de Riscos define as estratégias de mitigação de riscos de mercado envolvendo outras exposições e derivativos, enquanto a Superintendência Corporativa Financeira é responsável pela execução das operações que envolvam derivativos. A independência entre as áreas garante um controle efetivo sobre estas operações. A aprovação de operações envolvendo derivativos é realizada por alcada competente conforme Política de Limites e Alcadas do Grupo Neoenergia e estatuto da Companhia. As principais diretrizes em relação a estratégias de hedge, são: • Todo instrumento de dívida denominado ou indexado à moeda estrangeira deverá ser protegido e convertido para Reais por meio de operações de hedge; • O risco de câmbio deverá ser controlado e mitigado para todos os projetos de investimento, independentemente do valor; • Instrumentos não-divida com desdobramentos sujeitos a exposição cambial deverão ser avaliados e, se considerado necessário, deverão ser realizadas operações de hedge para mitigar o risco cambial; • Avaliar o risco das dívidas em moeda local e, se considerado necessário, contratar operações de hedge para mitigar o risco de taxa de juros, de acordo com o perfil desejado das dívidas pré-fixadas e flutuantes e considerando tanto a indexação natural a índices de preços nas receitas e custos quanto à composição de índices de juros que remuneram carteira de aplicações; • Não é permitida a contratação de derivativos para fins especulativos. Sua utilização é dedicada exclusivamente para fins de hedge; e • Não é permitida a contratação de derivativos "exóticos" nem "alavancados". A Administração entende que está adequada e alinhada às melhores práticas de mercado a estrutura operacional e de controle internos para garantir o cumprimento das diretrizes da Política de Riscos Financeiros e Política de Risco de Crédito. 1.2.2. **Gestão de risco de mercado: Risco de taxa de juros:** Este risco é oriundo da possibilidade de perdas financeiras causadas por flutuações nas taxas de juros ou outros indicadores de dívida que impactem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos ou os rendimentos das aplicações financeiras. Desta forma, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de proteção contra o risco de volatilidade dessas taxas. **Risco de inflação:** A elevação das taxas de inflação e eventuais políticas anti-inflacionárias adotadas pelo Governo Federal podem acarretar na elevação das despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos indexados a índices de preços. A Companhia busca manter o equilíbrio entre os ativos e passivos indexados a índices de preços de alta correlação, buscando mitigar eventuais riscos decorrentes da inflação. 1.2.3. **Gestão de risco de liquidez:** O risco de liquidez é associado à possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos nos respectivos vencimentos. A gestão financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, não concentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. O permanente monitoramento do fluxo de caixa permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos com a antecedência

### 11.5. Pesquisa e Desenvolvimento

Em 2021, a Companhia destinou R\$ 107.418,47 no projeto de P&D "Responsabilidade Harmônica" que tem por objetivo a aplicação prática de uma metodologia para o compartilhamento de responsabilidades harmônicas em redes elétricas. O equipamento desenvolvido no projeto possibilitará, de forma mais justa e clara, a divisão dos custos inerentes ao processo de conexão de parques eólicos e fazendas solares na rede brasileira.

### 12. AUDITORES INDEPENDENTES

A Companhia, em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes ("KPMG"), firmado em 30/06/2017 e renovado em 24/06/2021, com vigência de 12 (doze) meses. Em 2021, a KPMG Auditores Independentes prestou serviços de auditoria pelo montante R\$120.352,51, dos quais R\$103.678,45 referem-se à auditoria das demonstrações financeiras (incluindo revisões trimestrais) e R\$16.674,06 referem-se a serviços relacionados à auditoria de demonstrações regulatórias e controle patrimonial.

A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

### 13. BALANÇO SOCIAL

O Relatório Anual de Sustentabilidade da empresa referente ao ano de 2021 será publicado até 15 de março de 2022 no site da companhia ([www.neoenergia.com](http://www.neoenergia.com)). O desempenho da Neoenergia em aspectos econômicos, ambientais, sociais e de governança é divulgado anualmente desde 2004 e, a partir de 2010, passou a ser informado com base nas normas da Global Reporting Initiative (GRI), além de seguir o Manual de Elaboração de Relatório Socioambiental e Econômico-Financeiro da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Desde 2020, o documento considera as orientações do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os padrões Sustainability Accounting Standards (SASB) para o setor elétrico, assim como requisitos do Down Jones Sustainability Index (DJSI). E este ano, o relatório adiciona as recomendações da Task Force on Climate-Related Financial Disclosure (TCFD, ou Força-tarefa sobre Divulgação Financeira Relacionada ao Clima). O documento atende ainda a compromissos com o Pacto Global e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), da Organização das Nações Unidas (ONU). A edição anterior, relativa ao ano de 2020, foi publicada em março de 2021.

### 14. NOTA DE CONCILIAÇÃO

Memória de Cálculo	4T21		4T20		Variação		Variação		Correspondência nas Notas Explicativas
	R\$	%	R\$	%	R\$	%	R\$	%	
(+) Receita líquida	90,5	9,0	81,5	906%	120,3	35,9	84,4	235%	Demonstrações de resultado
= RECEITA Operacional Líquida	90,5	9,0	81,5	906%	120,3	35,9	84,4	235%	
(+) Custos de construção	(2,0)	-	(2,0)	0%	(2,3)	-	(2,3)	0%	Demonstrações de resultado
= MARGEM BRUTA	88,5	9,0	79,5	883%	118,0	35,9	82,1	229%	
(+) Custos de operação	(5,0)	(6,0)	1,0	-17%	(11,4)	(12,6)	1,2	-10%	Demonstrações de resultado
(+) Outras receitas/despesas gerais e administrativas	-	(2,1)	2,1	-100%	(3,3)	(4,2)	0,9	-21%	Demonstrações de resultado
= Despesa Operacional (PMSO)	(5,0)	(8,1)	3,1	-38%	(14,7)	(16,8)	2,1	-13%	
(-) PECLD	-	-	-	0%	-	0,1	(0,1)	-100%	Demonstrações de resultado
<b>EBITDA</b>	<b>83,5</b>	<b>0,9</b>	<b>82,6</b>	<b>9178%</b>	<b>103,3</b>	<b>19,2</b>	<b>84,1</b>	<b>438%</b>	
(+) Depreciação	-	-	-	0%	(0,1)	(0,1)	-	0%	Nota 22
(+) Resultado Financeiro	0,4	0,1	0,3	300%	0,9	1,3	(0,4)	-31%	Demonstrações de resultado
(-) IR/CS	(3,0)	(0,3)	(2,7)	900%	(4,4)	(1,7)	(2,7)	159%	Demonstrações de resultado
<b>LUCRO LÍQUIDO</b>	<b>80,9</b>	<b>0,7</b>	<b>80,2</b>	<b>11457%</b>	<b>99,7</b>	<b>18,7</b>	<b>81,0</b>	<b>433%</b>	

### DISCLAIMER

Esse documento foi preparado pela AFLUENTE T, visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da AFLUENTE T e não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da AFLUENTE T. A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da AFLUENTE T sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem vários riscos e incertezas, podendo, desta forma, haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e na Informação Demonstrações Financeiras.

Demais informações sobre a empresa podem ser obtidas no Formulário de Referência, disponível no site da CVM e no site de Relações com Investidores do Grupo Neoenergia ([ri.neoenergia.com](http://ri.neoenergia.com)).

## DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (valores expressos em milhares de reais)

	2021	2020
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>99.808</b>	<b>18.709</b>
<b>Ajustado por:</b>		
Depreciação e amortização	77	131
Tributos sobre o lucro	4.356	1.726
Resultado financeiro, líquido	(934)	(1.264)
Perda na baixa de ativos contratuais	-	2.199
<b>Variações de ativos e passivos:</b>		
Contas a receber de clientes e outros	(2.274)	616
Concessão serviço público (ativo contratual)	(78.276)	(4.062)
Fornecedores e contas pagar de empreiteiros	3.710	701
Salários, benefícios a empregados e encargos a pagar, líquidos	(110)	543
Outros tributos a recuperar (recolher) e encargos setoriais, líquidos	3.071	6.871
Imposto de renda e contribuição social a recolher	(336)	(402)
Provisões, líquidas dos depósitos judiciais	(145)	(382)
Outros ativos e passivos, líquidos	(833)	1.262
<b>Caixa líquido oriundo nas operações</b>	<b>28.114</b>	<b>26.648</b>
Encargos de dívidas pagas	(38)	(54)
Rendimento de aplicação financeira recebidos	975	1.383
Tributos sobre o lucro pagos	(1.324)	(1.429)
<b>Caixa oriundo nas atividades operacionais</b>	<b>27.527</b>	<b>26.548</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>		
Aquisição de imobilizado e intangível	(1.248)	(1.100)
<b>Caixa consumido nas atividades de investimento</b>	<b>(1.248)</b>	<b>(1.100)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	(201)	(508)
Dividendos pagos aos acionistas	(39.668)	(45.477)
<b>Caixa consumido das atividades de financiamento</b>	<b>(39.869)</b>	<b>(45.985)</b>
<b>Redução no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(13.590)</b>	<b>(20.537)</b>
Caixa e equivalentes no início do exercício	31.209	51.746
<b>Caixa e equivalentes no final do exercício</b>	<b>17.619</b>	<b>31.209</b>

As notas explicativas selecionadas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	Notas		2021	2020
<b>Ativo Circulante</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	7	17.619	31.209	
Contas a receber de clientes e outros	8	6.467	4.140	
Outros tributos a recuperar		2	2	
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	36.548	19.367	
Outros ativos		198	379	
<b>Total do circulante</b>		<b>60.834</b>	<b>55.097</b>	
<b>Não circulante</b>				
Outros tributos a recuperar		333	333	
Depósitos judiciais	12	1.349	1.190	
Concessão do serviço público (ativo contratual)	9	210.847	149.752	

atividades desenvolvidas, que são julgadas suficientes pela Administração para salvaguardar os ativos e negócios de eventuais sinistros. A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros, de acordo com os corretores de seguros contratados pela Companhia estão demonstradas a seguir:

Riscos	Data vigência	Importância segurada
Risco operacional - substações e usinas	31/05/2021 a 30/05/2022	356.842
Responsabilidade civil geral - operações	31/05/2021 a 30/05/2022	100.000
Responsabilidade Civil - Drones	15/06/2021 a 15/06/2022	598
Veículos - operacional	31/05/2021 a 31/05/2022	700

## 2. BASE DE ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**2.1. Base de preparação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS"), emitidas pelo IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Administração da Companhia. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia, em 16 de fevereiro de 2022.

**2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** A moeda funcional da Companhia é o real brasileiro (R\$), que é a moeda de seu principal ambiente econômico de operação. As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma.

**2.3. Políticas contábeis e estimativas críticas:** As políticas contábeis e estimativas críticas aplicadas às estas demonstrações financeiras estão incluídas nas respectivas notas explicativas, quando relevantes. As políticas contábeis são consistentes em todos os exercícios apresentados, exceto pela implementação das novas normas, interpretação e orientações relacionadas na nota 2.5.a. a 2.4. **2.4. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem divergir dos valores estimados. As estimativas e julgamentos significativos aplicados pela Companhia na preparação destas demonstrações financeiras estão apresentados nas seguintes notas:

Nota	Estimativas e julgamentos significativos
8	Perdas de créditos esperadas
9	Concessão do serviço público (ativo contratual)
12	Provisão para processos judiciais
15.2	Estimativa de valor justo de ativos financeiros

**2.5. Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes:** Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") que são aderentes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes: **a) Alterações em pronunciamentos contábeis em vigor:**

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IFRS 9/CPC 48; IAS 39/CPC 08; IFRS 7/CPC 40; IFRS 4/CPC 11; e IFRS 16/CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais (IBOR).	01/01/2021

As alterações em pronunciamentos que entraram em vigor em 1º de janeiro de 2021 não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

### b) Alteração em pronunciamentos com vigência a partir de 2022

Norma	Descrição da alteração	Data de vigência
IAS 37/CPC 25: Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.	Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).	01/01/2022
IAS 16/CPC 27: Ativo Imobilizado.	Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.	01/01/2022

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

## 3. RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL

A composição da receita líquida por natureza e suas deduções, é conforme quadros a seguir:

	2021	2020
Receita de operação e manutenção	14.427	14.425
Remuneração do ativo contratual	16.745	16.535
Receita de construção	3.576	-
Contrato de conexão ao sistema de transmissão ("CCT")	7.514	6.630
Ganho (perda) na RAP (a)	89.712	4.880
<b>Total receita bruta</b>	<b>131.974</b>	<b>42.470</b>
(-) Deduções da receita bruta	(11.655)	(6.540)
<b>Total receita operacional líquida</b>	<b>120.319</b>	<b>35.930</b>

(a) O aumento refere-se principalmente à atualização da inflação da RAP realizada no modelo de cálculo do ativo contratual. As deduções da receita bruta têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	2021	2020
<b>Impostos e contribuições</b>		
PIS e Cofins correntes	(1.960)	(1.633)
PIS e Cofins diferidos	(2.857)	163
Imposto sobre serviços - ISS	(18)	(15)
<b>Total</b>	<b>(4.835)</b>	<b>(1.485)</b>
<b>Encargos setoriais</b>		
Reserva global de reversão - RGR	(1.279)	(1.134)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(2.846)	(2.191)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(449)	(380)
Encargos do consumidor - PROINFA	(2.063)	(1.206)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(183)	(144)
<b>Total</b>	<b>(6.820)</b>	<b>(5.055)</b>
	<b>(11.655)</b>	<b>(6.540)</b>

**3.1. Política contábil:** A receita é reconhecida quando o controle de cada obrigação de desempenho é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega do produto ou quando o serviço é prestado. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber por cada obrigação de desempenho, considerando quaisquer estimativas de contraprestações variáveis, tais como restituições, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares. A receita de construção de infraestrutura da concessão é reconhecida ao longo do tempo, de acordo com a satisfação das respectivas obrigações de desempenho estabelecidas entre o cliente e a Companhia, considerando o atendimento de um dos seguintes critérios estabelecidos pela norma: (i) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados; (ii) a obrigação de desempenho cria ou melhora o ativo que o cliente controla a medida que o ativo é criado ou melhorado; (iii) a obrigação de desempenho não cria um ativo com um uso alternativo para a entidade e a Companhia possui direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente. Esta receita corresponde aos custos de construção adicionados de uma margem bruta, destinada a cobrir os custos de gestão ou execução da construção dos ativos transmissão de energia elétrica. A receita de operação e manutenção é reconhecida mensalmente como uma obrigação de desempenho que é cumprida pela operação e manutenção das linhas de transmissão. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem. A receita de remuneração reflete o componente de financiamento do ativo contratual e é reconhecida ao longo do tempo baseado na taxa de remuneração do ativo contratual. Esta taxa é definida no início do projeto e não sofre alteração ao longo da vida do contrato (veja nota 9 para mais informações). A Receita Anual Permitida (RAP) é revisada anualmente em função da inflação, conforme o índice de atualização previsto em cada contrato de concessão (IPCA ou ICP-M). A parcela de reajuste relativa à variação desses índices é considerada como um componente de contraprestação variável e os efeitos resultantes da aplicação dos novos valores de RAP no modelo de cálculo do ativo contratual são imediatamente reconhecidos no resultado, no grupo de receita operacional. A Companhia observou as orientações do Ofício-Circular nº04, divulgado pela CVM, na elaboração das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2021 e 2020, com destaque para a necessidade de atribuição de margens para o reconhecimento das receitas de construção e de operação e manutenção da infraestrutura, bem como para a taxa utilizada para a remuneração dos contratos de concessão, que deve corresponder à taxa implícita remanescente de cada projeto, após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção, com a adoção das seguintes políticas contábeis: I. Atribuição de margens de construção e de operação e manutenção no início de cada projeto para o reconhecimento das respectivas receitas. II. A remuneração do ativo contratual é reconhecida pela taxa implícita estabelecida no início de cada projeto e que é obtida após a alocação das margens de construção e de operação. A taxa implícita que remunera o ativo de contrato varia entre 8,5%.a.a. e 11,5%.a.a. e a taxa interna de retorno utilizada para viabilidade dos projetos de transmissão varia entre 16%.a.a. e 17%.a.a., nominal e antes dos impostos.

## 4. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2021		
	Custo de construção	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
Pessoal	(6)	(1.120)	(2.099)
Material	-	(1.737)	-
Serviços de terceiros	(2.262)	(7.952)	(798)
Depreciação e amortização	-	(13)	(64)
Outros	-	(575)	(468)
<b>Total custos/Despesas</b>	<b>(2.268)</b>	<b>(11.397)</b>	<b>(3.429)</b>

	2020		
	Custo de construção	Custos de operação	Outras receitas (despesas) gerais e administrativas
Pessoal	-	(2.107)	(2.823)
Material	-	(1.785)	-
Serviços de terceiros	-	(5.894)	(843)
Perda na desativação de bens	-	(2.199)	-
Depreciação e amortização	-	(59)	(72)
Outros	-	(587)	(464)
<b>Total custos/Despesas</b>	<b>-</b>	<b>(12.631)</b>	<b>(4.202)</b>

## 5. RESULTADO FINANCEIRO

	2021	2020
<b>Receitas financeiras</b>		
Renda de aplicações financeiras	975	1.383
Outras receitas financeiras	141	73
	1.116	1.456
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos de dívida	(37)	(53)
Atualização de provisões para processos judiciais	(21)	(56)
Outras despesas financeiras	(91)	(79)
	(149)	(188)
<b>Outros resultados financeiros, líquidos</b>		
Outras variações monetárias, liquidas	(33)	(4)
	(33)	(4)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>	<b>934</b>	<b>1.264</b>

## 6. TRIBUTOS SOBRE O LUCRO, OUTROS TRIBUTOS E ENCARGOS SETORIAIS

**6.1. Tributos sobre o lucro:** **6.1.1. Reconciliação dos tributos reconhecidos no resultado:** A seguir é apresentada reconciliação da despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 31 de dezembro de 2021.

	2021		2020	
	IR	CS	IR	CS
Receita da atividade	53.303	53.303	44.493	44.493
Presunção do tributo sobre o lucro	8%	12%	8%	12%
	4.264	6.396	3.559	5.339
Receita de serviço	359	359	291	291
Presunção do tributo sobre o lucro	32%	32%	32%	32%
	115	115	93	93
<b>Base de cálculo presumida</b>	<b>4.379</b>	<b>6.511</b>	<b>3.652</b>	<b>5.432</b>
Outras receitas	1.105	1.105	1.415	1.415
<b>Base de cálculo para o tributo sobre o lucro</b>	<b>5.484</b>	<b>7.616</b>	<b>5.067</b>	<b>6.847</b>
Alíquota do tributo sobre o lucro	25%	9%	25%	9%
<b>Tributo sobre o lucro do exercício</b>	<b>(1.371)</b>	<b>(685)</b>	<b>(1.267)</b>	<b>(616)</b>
Adicional de tributo sobre o lucro	23	-	24	-
Tributo sobre o lucro diferidos - ativo contratual	(1.508)	(815)	86	47
<b>Tributo sobre o lucro no resultado</b>	<b>(2.856)</b>	<b>(1.500)</b>	<b>(1.157)</b>	<b>(569)</b>
	(4.356)	-	(1.726)	-

**6.1.2. Tributos diferidos passivos:** Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, conforme segue:

	2021		2020	
	Base de cálculo presumida	Tributo diferido	Base de cálculo presumida	Tributo diferido
Diferenças temporárias				
Imposto de renda	19.069	4.767	13.036	3.258
Contribuição social	28.604	2.574	19.554	1.760
<b>Total</b>	<b>47.673</b>	<b>7.341</b>	<b>32.590</b>	<b>5.018</b>

As variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	2021	2020
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>5.018</b>	<b>5.151</b>
Efeitos reconhecidos no resultado	2.323	(133)
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>7.341</b>	<b>5.018</b>

### 6.1.3. Tributos correntes passivos:

	2021	2020
Imposto de renda - IR	290	187
Contribuição social sobre o lucro líquido- CSLL	200	130
<b>Passivo</b>	<b>490</b>	<b>317</b>
Circulante	490	317

### 6.2. Outros tributos e encargo setoriais

	2021	2020
<b>Outros tributos</b>		
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	182	31
Programa de integração social - PIS <sup>(1)</sup>	1.640	1.123
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS <sup>(1)</sup>	7.571	5.184
Instituto nacional de seguridade nacional - INSS	57	51
Imposto sobre serviço - ISS	82	41
Impostos e contribuições retidos na fonte	142	29
Outros	-	239
	9.674	6.698

### Encargos setoriais

	2021	2020
Fundo nacional de desenvolvimento científico e tecnológico - FNDCT	34	25
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	255	672
Taxa de fiscalização serviço público de energia elétrica - TFSEE	17	14
Ministério de minhas e energia - MME	18	12
Conta de desenvolvimento energético - CDE	244	198
Encargos do consumidor - PROINFA	550	102
	1.118	1.023

### Total outros tributos e encargos setoriais

	2021	2020
Circulante	1.507	876
Não circulante	9.285	6.845

<sup>(1)</sup> Contempla o PIS e COFINS diferidos sobre as receitas de construção da infraestrutura de transmissão e da remuneração do ativo de contrato, que serão realizados até o término do contrato de concessão.

**6.3. Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** Os tributos sobre o lucro são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Os tributos sobre o lucro são calculados com base em alíquotas brasileiras e o seu reconhecimento é baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, e nos prejuízos fiscais apurados. Os tributos diferidos sobre o lucro ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados aos tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável.

## 7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Equivalentes de caixa são operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	115	47
Certificado de depósito bancário (CDB)	702	-
Fundos de investimento	16.802	31.162
	17.619	31.209

As carteiras de instrumentos financeiros classificadas como caixa e equivalentes de caixa são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco. A remuneração média dessas carteiras em 31 de dezembro de 2021 é de 99% do CDI (99% em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fundos de investimentos são substancialmente compostos por aplicações em Letras Financeiras do Tesouro e operações compromissadas com lastros em títulos públicos. Estes instrumentos possuem alta liquidez no mercado secundário e estão sujeitas a um baixo risco de mudança de valor.

## 8. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

	2021		2020	
	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber	Perdas de créditos esperadas	Contas a receber
Concessionárias	6.737	(270)	6.467	4.422
	6.737	(270)	6.467	4.422

O *aging* do contas a receber de disponibilização do sistema de transmissão está apresentado como segue:

	2021		2020	
	Receível	Perdas de créditos esperadas	Receível	Perdas de créditos esperadas
A vencer	6.496	(35)	4.110	(21)
Saldos vencidos:				
90 dias	4	(1)	55	(11)
entre 91 e 180 dias	2	(1)	7	(3)
entre 181 e 360 dias	7	(5)	8	(5)
acima de 360 dias	228	(228)	242	(242)
	6.737	(270)	4.422	(282)

### 8.1. Variação das perdas de crédito esperadas - PCE:

	2021	2020
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>(282)</b>	<b>(977)</b>
Adições	-	(30)
Reversões	5	104
Baixa efetiva dos recebíveis incobráveis	7	621
<b>Saldo final do exercício</b>	<b>(270)</b>	<b>(282)</b>

**8.2. Política contábil e julgamentos críticos:** **a) Política contábil:** O contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (veja nota 15.4) e são reconhecidos quando o recebimento do valor da contraprestação seja incondicional, deduzidos das perdas crédito esperadas. A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante considerado suficiente pela Administração, baseado em estimativas e julgamentos críticos. **b) Estimativas e julgamentos críticos:** A Companhia mensura as perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras das operações da Companhia. A Companhia não possui histórico de perdas materiais e, portanto, utiliza uma matriz que considera percentuais crescentes de provisão que pode chegar a 100% em caso de atraso superior a 12 meses. Considerando que existem mecanismos estabelecidos pelo ONS para mitigar risco de crédito, as perdas de créditos constituídas não são relevantes.

## 9. CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO CONTRATUAL)

A concessão da Companhia não é onerosa, portanto, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. O contrato de concessão outorgado possui prazo de 30 anos e prevê a prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária. Em caso de extinção da concessão pelo advento do término do prazo contratual ou outra das hipóteses contratualmente previstas, operar-se-á a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados à infraestrutura vincula-

da à prestação do serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Os ativos vinculados à infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigação de desempenho, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam os seguintes saldos no balanço patrimonial:

	2021	2020
<b>Saldo ativo contratual</b>	<b>247.395</b>	<b>169.119</b>
Circulante	36.548	19.367
Não circulante	210.847	149.752

A movimentação do ativo contratual é como segue:

	2021	2020
<b>Saldo inicial do exercício</b>	<b>169.119</b>	<b>167.256</b>
Realização do ativo contratual pela parcela da RAP do exercício	(20.101)	(18.661)
Remuneração do ativo contratual	16.745	16.535
Adições <sup>(1)&lt;/</sup>		

**AFLUENTE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
CNPJ nº 10.338.320/0001-00 | CVM nº 02217-9 | Companhia Aberta

**13.2. Lucro por ação e remuneração dos acionistas: a) Lucro por ação:** Os valores do lucro básico e diluído por ação são os seguintes:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	99.808	18.709
Média ponderada de ações em poder dos acionistas	63.085	63.085
<b>Lucro básico e diluído por ação - R\$</b>	<b>1,58</b>	<b>0,30</b>

**b) Remuneração aos acionistas:** O Estatuto Social da Companhia determina a remuneração mínima de 25% do lucro líquido, após os ajustes de acordo com as prescrições legais do Brasil. A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos, baseado nos limites definidos em lei e no estatuto social da Companhia. A proposta de remuneração aos acionistas da Companhia foi calculada da seguinte forma:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	99.808	18.709
Reserva legal (nota 13.3.a)	-	-
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>99.808</b>	<b>18.709</b>
Destinação para reserva de lucros a realizar	(72.891)	-
<b>Lucro líquido a distribuir</b>	<b>26.917</b>	<b>18.709</b>
<b>Remuneração</b>		
Mínima obrigatória (25% do lucro líquido ajustado)	(6.729)	(4.677)
Remuneração adicional	(20.188)	(14.032)
	<b>(26.917)</b>	<b>(18.709)</b>

<b>Natureza da remuneração:</b>		
Dividendos intermediários (compõe o dividendo mínimo obrigatório)	12.014	10.974
Dividendos adicionais propostos	14.903	7.735
	<b>26.917</b>	<b>18.709</b>
	<b>1,58</b>	<b>0,30</b>

**Remuneração total por ação**  
Os valores pagos aos acionistas da Companhia, por natureza de remuneração, estão apresentados como:

	Deliberado	Dividendos	Valor por ação
<b>Valores pagos em 2020</b>			
Primeira parcela - Agosto	29/07/2020	34.528	0,55
Segunda parcela - Outubro	18/09/2020	10.949	0,17
<b>Base líquida paga aos acionistas</b>		<b>45.477</b>	<b>0,72</b>
<b>Valores pagos em 2021</b>			
Primeira parcela - Maio	07/04/2021	7.721	0,12
Segunda parcela - Junho	07/04/2021	19.953	0,32
Terceira parcela - Dezembro	30/11/2021	11.994	0,19
<b>Base líquida paga aos acionistas</b>		<b>39.668</b>	<b>0,63</b>

A remuneração a pagar aos acionistas apresenta como segue:

	2021	2020
<b>Saldo em 1º janeiro</b>	<b>244</b>	<b>125</b>
Dividendos distribuídos <sup>(1)</sup>	27.735	34.622
Dividendos intermediários <sup>(2)</sup>	12.014	10.974
Dividendos pagos no exercício	(39.668)	(45.477)
<b>Saldo em 31 de dezembro</b>	<b>325</b>	<b>244</b>

<sup>(1)</sup> Em abril de 2021, em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovado: (i) a distribuição de dividendos adicionais no montante de R\$7.735, e; (ii) a transferência de R\$20.000 da conta de reserva de lucros a realizar para a conta de reserva de lucros, bem como a distribuição de dividendos deste mesmo valor, totalizando uma distribuição de dividendos no montante de R\$27.735, pagos nos meses de maio e junho de 2021. <sup>(2)</sup> Em novembro de 2021 o Conselho de Administração da Companhia deliberou a distribuição de dividendos intermediários nos montantes de R\$12.014, pago em dezembro de 2021. **13.3. Reservas de lucros: a) Reserva legal:** Constitui uma exigência legal para retenção de 5% do lucro líquido anual apurado até o limite de 20% do capital social. A reserva só pode ser utilizada para absorver prejuízos ou para aumento de capital. A reserva legal da Companhia já atingiu o limite do capital social, razão pela qual não é mais constituída. **b) Reserva de lucros a realizar:** Possui como finalidade reter parcela do lucro líquido do exercício não realizada em caixa ou equivalente de caixa e que exceda a perspectiva estratégica da Companhia de distribuição de montantes a pagar aos acionistas. **13.4. Política contábil:** O Capital social representa valores recebidos do acionista e também aqueles gerados pela Companhia que foram formalmente incorporados através de reservas de lucros. O capital social está representado por ações ordinárias. As ações ordinárias são classificadas como instrumentos de patrimônio por não exporem a Companhia à obrigação de entregar caixa ou outros instrumentos financeiros e deixarem os detentores desses instrumentos (acionistas) expostos às variabilidades dos resultados e fluxos de caixa gerados pela Companhia. Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários. A remuneração aos acionistas é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras da Companhia, com base no estatuto social. Qualquer valor acima da remuneração mínima obrigatória aprovada no estatuto social, somente será reconhecido no passivo circulante na data em que for aprovado pelos acionistas.

**14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

As partes relacionadas da Companhia são os acionistas e suas empresas ligadas e o pessoal-chave da administração da Companhia. As principais transações comerciais com os acionistas e suas empresas ligadas reconhecidas como contas a receber e/ou contas a pagar e respectivas receitas e/ou custos/despesas estão relacionadas aos: (i) contratos de uso do sistema de transmissão; (ii) prestação serviços de operação e manutenção; (iii) contratos de serviços administrativos. As informações sobre transações com partes relacionadas e os efeitos nas demonstrações financeiras são apresentados abaixo: **14.1. Saldo em aberto com partes relacionadas:**

	<b>Neoenergia e suas subsidiárias</b>	
	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Contas a receber e outros	2.664	1.882
Compartilhamento de pessoal	3	197
	<b>2.667</b>	<b>2.079</b>
<b>Passivo</b>		
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	1.570	7
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	325	244
Compartilhamento de pessoal	175	1.418
	<b>2.070</b>	<b>1.669</b>

**14.2. Transações com partes relacionadas:**

	2021			2020		
	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total	Subsidiárias Neoenergia	Acionistas	Total
<b>Resultado do exercício</b>						
Receita operacional líquida (a)	21.347	-	21.347	17.826	-	17.826
Custo dos serviços (b)	(1.678)	-	(1.678)	(1.283)	-	(1.283)
Despesas gerais e administrativas (c)	(1.238)	-	(1.238)	(2.059)	-	(2.059)
Resultado financeiro, líquido	-	(3)	(3)	-	(4)	(4)
	<b>18.431</b>	<b>(3)</b>	<b>18.428</b>	<b>14.484</b>	<b>(4)</b>	<b>14.480</b>

As principais transações com partes relacionadas referem-se a: (a) Contrato de conexão ao sistema de transmissão (CUST e CTT), com vigência até 2027, corrigidos, anualmente, pela correção do IGP-M. (b) Contrato de serviço de operação e manutenção com a Elektro O&M. (c) Contrato de compartilhamento de recursos humanos entre as empresas do grupo Neoenergia, com vigência a partir de 7 de agosto de 2020. **14.3. Remuneração da administração (Pessoal-chave):** Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não houve remuneração dos administradores da Companhia.

**15. CLASSIFICAÇÃO E ESTIMATIVA DE VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS**

**15.1. Classificação e mensuração dos instrumentos financeiros:** A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com o seu modelo de negócio e finalidade para qual foram adquiridos. Os instrumentos financeiros estão classificados e mensurados como segue:

	2021		2020	
	CA	VJR	CA	VJR
<b>Ativos financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	817	16.802	47	31.162
Contas a receber de clientes e outros	6.737	-	4.422	-
Outros ativos financeiros	-	-	197	-
	<b>7.554</b>	<b>16.802</b>	<b>4.666</b>	<b>31.162</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
Fornecedores e contas a pagar de empreiteiros	6.867	-	3.124	-
Empréstimos e financiamentos	537	-	739	-
Outros passivos financeiros	734	-	1.709	12
	<b>8.138</b>	<b>-</b>	<b>5.572</b>	<b>12</b>

CA - Custo amortizado; VJR - Valor justo por meio do resultado.  
**15.2. Estimativa do valor justo:** Para mensuração e determinação do valor justo, a Companhia utiliza vários métodos incluindo abordagens de mercado, de resultado ou de custo, de forma a estimar o valor que os participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo. Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo são classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir: **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração; **Nível 2** - Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos; e **Nível 3** - Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou ilíquido. A análise do impacto caso os resultados reais sejam diferentes da estimativa da Administração está apresentada na nota 15.7 - análise de sensibilidade. **15.3. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo valor justo ("VJR"):** O nível de mensuração dos ativos e passivos financeiros reconhecidos pelo valor justo estão demonstrados como segue:

	2021	2020
	Nível 2	Nível 2
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	16.802	31.162
	<b>16.802</b>	<b>31.162</b>

Não houve transferência de instrumentos financeiros entre os níveis de mensuração de valor justo.  
**15.4. Instrumentos financeiros reconhecidos pelo custo amortizado ("CA"):** Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado que em virtude do ciclo de longo prazo para realização, podem possuir o valor justo diferente do saldo contábil. Abaixo demonstramos o valor justo dos ativos e passivos financeiros reconhecidos a custo amortizado.

	2021		2020	
	Saldo contábil	Estimativa de valor justo (nível 2)	Saldo contábil	Estimativa de valor justo (nível 2)
Empréstimos e financiamentos	537	537	739	739

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores são iguais aos montantes mensurados ao custo amortizado (saldo contábil). **15.5. Política contábil:** A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros que são reconhecidos inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados, de acordo com as seguintes categorias: (i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são geralmente classificados como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue: • Custo amortizado (CA): ativo financeiro cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais; • Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda; e • Valor justo por meio do resultado (VJR): todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos mensurados pelo CA e VJR estão suscetíveis ao reconhecimento das perdas de créditos esperados. De modo geral, as perdas de crédito esperadas dos instrumentos financeiros oriundos das operações da Companhia (ex: Contas a receber) são mensurados pelo método simplificado, a partir de uma matriz de provisão que a pondera as características dos instrumentos, idade do título, históricos de perdas e expectativa de perdas futuras. (ii) Passivo financeiro: Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado (exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros a valor justo por meio do resultado) e atualizados pelos métodos de juros efetivos e encargos. Qualquer diferença entre o valor captado líquido dos custos da transação e o valor de liquidação, é reconhecida no resultado durante o período em que os instrumentos estejam em andamento, utilizando o método de taxa efetiva de juros. As taxas pagas na captação do empréstimo são reconhecidas como custos da transação. **15.6. Métodos e técnicas de avaliação:** Os empréstimos alocados no nível 2 são baseados na abordagem de resultado e o valor justo, na dívida indexada por taxa fixa, é determinado a partir do fluxo de caixa descontado utilizando a curva dos títulos da Companhia. **15.7. Análise de sensibilidade:** A análise de sensibilidade estima o valor potencial dos instrumentos em cenários hipotéticos de stress dos principais fatores de risco de mercado que impactam cada uma das posições, mantendo-se todas as outras variáveis constantes. - Cenário Provável: Foram projetados os encargos e rendimentos para o exercício seguinte, considerando os saldos, as taxas de câmbio e/ou taxas de juros vigentes no mercado

em 31 de dezembro de 2021. - Cenário II: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 25% nas variáveis de risco associadas. - Cenário III: Estimativa do valor justo considerando uma deterioração de 50% nas variáveis de risco associadas. A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) devido a variação das taxas de juros que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no exercício seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo:

<b>Operação</b>	<b>Indexador</b>	<b>Risco</b>	<b>Taxa no exercício</b>	<b>Exposição (Saldo/ Nominal)</b>	<b>Cenário Provável</b>	<b>Impacto Cenário (II)</b>	<b>Impacto Cenário (III)</b>
<b>Ativos financeiros</b>							
Aplicações financeiras em CDI	CDI	Queda do CDI	9,15%	17.504	1.589	(397)	(795)

**MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO**

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

Armando Martínez Martínez - **Presidente Titulares**  
Solange Maria Pinto Ribeiro  
Rogério Aschermann Martins  
Leonardo Pimenta Gadelha  
Fulvio da Silva Marcondes Machado

**DIRETORIA EXECUTIVA**

Fabiano Uchoas Ribeiro - **Diretor-Presidente**  
Leonardo Pimenta Gadelha - **Diretor Financeiro e de Relações com Investidores**  
Fabiano Uchoas Ribeiro - **Diretor de Gestão de Pessoas**  
Fabiano Carvalho Rosa - **Diretor de Regulação**  
Eduardo Capelastegui Saiz - **Diretor de Planejamento e Controle**

**CONTADOR**

Tiago Donatti Furigo - CRC-SP-338760/O-6

**SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE**

Luciana Maximino Maia

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Acionistas da **Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A.**  
Rio de Janeiro - RJ  
**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Afluente Transmissão de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

**Base para opinião**  
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.  
**Principais assuntos de auditoria**  
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

**(a) Mensuração do ativo contratual e de receita de contrato com clientes:**

Veja a Nota Explicativa n° 1, 3 e 9 das demonstrações financeiras	
<b>Principais assuntos de auditoria</b>	<b>Como auditoria endereçou esse assunto</b>
O reconhecimento do ativo contratual e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperadas em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) a avaliação do desenho, implementação e efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) a leitura das resoluções autorizativas (REAs) para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iii) a avaliação das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos, na margem do contrato e na definição na taxa de desconto utilizada no modelo, com envolvimento de especialistas em finanças corporativas; iv) inspeção documental, em base amostral, dos gastos incorridos durante o exercício; v) avaliação, com apoio de nossos especialistas de finanças corporativas, da atualização da contraprestação variável em função do impacto da atualização das taxas de inflação realizadas incidentes sobre a Receita Anual Permitida (RAP); e vi) a avaliação se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consideram as informações relevantes requeridas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que a mensuração do ativo contratual e da receita de contrato com o cliente e as respectivas divulgações são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado**

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

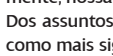
**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.  
- Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.  
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.  
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:  
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.  
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.  
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.  
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.  
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.  
Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.  
Campinas, 17 de fevereiro de 2022



KPMG Auditores Independentes  
CRC 25P-027612/F  
Thiago Rodrigues de Oliveira  
Contador CRC 15P259468/O-7

